

Ninguém vota em Brasília

Os eleitores do Distrito Federal não conseguem votar

Tércio Santos

Se muitos membros do governo federal pensavam dias antes das eleições que votariam normalmente em Brasília, como sucedeu em 1974, não deveria ser diferente quanto à população brasiliense em geral. O próprio assessor de imprensa da Presidência da República, Humberto Barreto, disse a *O Estado de S. Paulo*; no dia 7 passado, que

Geisel votaria em Brasília, como aconteceu em 1974. Depois, retificou que, "sendo eleições municipais, o presidente achou que não deveria votar". Juntamente com o general Geisel, diversos de seus assessores e ainda dois terços dos ministros não votaram nestas eleições. Mas o fato não surpreende, pois toda a população de Brasília em condições de votar (282 mil pessoas) não votou este ano, ao contrário de 1974, quando o governo sancionou uma lei que permitia o voto, no Distrito Federal, em candidatos a senador e a deputado federal, excluindo os deputados estaduais e tampouco permitindo campanha ou propaganda partidária de qualquer espécie.

Mas a lei não valeu para este ano, e Brasília voltou a

ser a única cidade do país onde não se pode votar. O Tribunal Superior Eleitoral, procurando simplificar a situação, isentou de justificativa os que votaram no Distrito Federal em 1974, mesmo se o título de eleitor ainda não tivesse sido transferido. É que em Brasília há três tipos de eleitores: *em trânsito*, os que residem na cidade mas não transferiram seus títulos de eleitor do local de origem e os que já transferiram ou tiraram no DF seus títulos. Apesar de ser apenas simbólico em sua verdadeira finalidade, o título de eleitor em Brasília, em certas circunstâncias, é o mais importante documento pessoal. Para se tirar Carteira de Identidade, para receber vencimentos, para inscrever-se em concursos públicos — é o título de eleitor que se deve apresentar.

Mas, certamente não é essa a motivação do brasiliense para adquirir consciência política, e sim por ser Brasília hoje uma cidade com 895.958 habitantes (dados da Cia. de Desenvolvimento do Planalto Central-Codeplan), onde estão concentrados os poderes públicos e as decisões governamentais, o que leva qualquer funcionário subalterno a se familiarizar com as questões nacionais.

Apesar disso, a luta para conseguir representação legislativa para Brasília vem desde o seu nascimento.

Dezenas de projetos de lei e discursos vêm passando pelo Congresso desde 1960. Em outubro desse ano votou-se em Brasília, como em todo o País, para eleger Jânio Quadros presidente da República. No ano seguinte surgiu a emenda Constitucional nº 3, prevendo eleições, no Distrito Federal para a Câmara dos Deputados, Senado e Câmara dos Vereadores. Nunca foi cumprida (veja Movimento nº 29).

Em janeiro de 1963, Brasília votou novamente, no plebiscito que recusou o parlamentarismo como forma de governo. Foi a última manifestação eleitoral na cidade. Os projetos-de-lei dispoendo sobre a necessidade de representantes parlamentares do Distrito Federal, ou mesmo propondo o voto domiciliar, nunca tiveram êxito. Ultimamente, a argumentação dos que se opunham à idéia vinha sendo o fato de que, como a Constituição vigente não inclui o Distrito Federal como jurisdição eleitoral, somente uma emenda constitucional poderia alterar esse procedimento.

Assim no ano passado, quatro emendas constitucionais foram apresentadas pelas bancadas do MDB e da Arena na Câmara e no Senado, proponho representações do Distrito Federal nessas duas Casas. Todas foram rejeitadas. No parecer da Comissão Mista que examinou as emendas, justifica-se que "Brasília foi criada para outras finalidades, que poderiam ser conturbadas com a realização de pleitos locais." Este ano, mais duas emendas foram rejeitadas e outra ainda está tramitando. "A sistemática administrativa adotada em Brasília a partir de 1960, sem representantes legislativos, tornou possível a promoção do desenvolvimento harmônico da cidade, sem convulsões políticas", tenta justificar a Comissão Mista, ignorando os inúmeros problemas urbanos e habitacionais que têm desafiado Brasília desde o início.

DEPOIS
DAS
ELEIÇÕES